

PROJETO DE PESQUISA

Soluções Consensuais e Redução de Litigiosidade Estratégica

Resumo: A litigiosidade envolvendo entes públicos constitui um dos principais desafios contemporâneos do sistema de justiça brasileiro, comprometendo a eficiência administrativa, a duração razoável dos processos e a efetividade das políticas públicas. A transição para uma lógica de pluralização de formas de tratamento de conflitos — consubstanciada no Sistema de Justiça Multiportas — exige a reconfiguração da atuação estatal, mas a plena incorporação dos meios autocompositivos ainda enfrenta obstáculos derivados das especificidades da Administração Pública. O presente projeto propõe-se a construir um modelo teórico-aplicado de *standards* jurídicos e procedimentais para o emprego seguro dos meios autocompositivos pela Advocacia Pública, compatibilizando a consensualidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e da segurança jurídica. A pesquisa articula três eixos teóricos complementares. O primeiro, centrado no Acesso à Justiça e no Sistema de Justiça Multiportas, examina a evolução dos mecanismos adequados de resolução de controvérsias e sua incorporação no ordenamento brasileiro, com ênfase na reforma do CPC/2015 e na Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015). O segundo eixo, dedicado à consensualidade e à Administração Pública dialógica, analisa, à luz da teoria da Administração Pública Consensual e do Direito Administrativo Contemporâneo, a compatibilidade entre a autocomposição e os princípios estruturantes da Administração Pública. O terceiro eixo, voltado à Advocacia Pública e à gestão estratégica da litigiosidade, tem por objeto o papel proativo da Advocacia Pública na prevenção e redução qualificada da litigiosidade, notadamente no gerenciamento das ações repetitivas à luz dos precedentes judiciais vinculantes do STF e STJ. A metodologia combina revisão bibliográfica sistemática, análise normativa e institucional, método dedutivo-analítico e modelagem aplicada. Espera-se produzir um guia de *standards* para o emprego seguro dos meios autocompositivos pela Advocacia Pública, minutas normativas sobre o tema, *checklists* e fluxos operacionais para emprego em meios autocompositivos e no gerenciamento dos precedentes judiciais vinculantes, com potencial de aplicação imediata no âmbito da AGU e irradiação para as demais esferas da Advocacia Pública.